

RELATÓRIO DE AUDITORIA RA2015003-01

Em atendimento à Ordem de Serviço OS 2015003 (item 4.3.1, do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2015), relatam-se os exames e ocorrências referentes a Ação 2032.4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior, no período de abrangência dos trabalhos, isto é, entre janeiro e julho de 2015.

Para a realização das atividades previstas, foram expedidas as Solicitações de Auditoria SA 2015003/01 e SA 2015003/02, e utilizadas, dentre outras, as seguintes técnicas de auditoria: análise documental, indagação oral e escrita, entrevista, exame dos registros e correlação dos dados obtidos.

Destaca-se que os documentos e informações analisados constam dos papéis de trabalho de auditoria, em que se podem conferir a integralidade dos exames, de acordo com o escopo e objetivos estabelecidos na Ordem de Serviço 2015003, sendo relatados os principais dados e informações relevantes.

1. Escopo e Objetivos dos Trabalhos

O escopo foi delimitado no Paint 2015, visando averiguar os riscos inerentes da concessão de auxílios a estudantes por meio da Política Nacional de Assistência Estudantil, prevendo-se a carga horária de 240 horas de trabalho e a realização entre fevereiro e outubro de 2015. Para fins de mensuração da materialidade do escopo de auditoria, e considerando que se tratam de exames de caráter operacional e gerencial, utilizou-se o montante de recursos orçamentários destinados à Assistência ao Estudante de Ensino Superior, na importância de R\$ 19.075.027,00, destes, R\$ 1.450.000,00 de investimento.

Os trabalhos visaram atender os objetivos definidos, a saber:

Objetivo geral

a) Averiguação dos riscos inerentes à gestão de recursos e operacionalidade para a concessão de benefícios, por meio de políticas de assistência ao estudante de ensino superior.

Objetivos específicos

- a) Verificação da destinação de recursos da rubrica de assistência estudantil, exclusivamente para esta finalidade;
- b) Análise amostral de processos de concessão de benefícios a estudantes;
- c) Exames em processos e condições físicas dos Restaurantes Universitários.

2. Resultados dos Exames

Os resultados dos exames de auditoria são compostos por manifestações dos gestores e conclusões de análises documentais e de informações de sistemas informatizados, com o auxílio da Assessoria para Assuntos Estudantis (Assae) e da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (Proplad). Frisa-se que a verificação documental de alunos beneficiados e das condições físicas dos Restaurantes

Universitários (RU) dos Câmpus tornaram-se prejudicadas tendo em vista a greve de servidores técnico-administrativos e a restrição orçamentária do presente exercício.

Para um melhor entendimento dos trabalhos realizados, os resultados estão segmentados em informações e constatações de auditoria, que são tratados a seguir.

2.1. Informações

As informações são registros de normalidades; de fatos ou contextualizações relevantes para o entendimento de determinado aspecto de gestão; de impactos positivos, ganhos de desempenho e/ou qualidade nas operações; de melhorias e economias relacionadas à implantação e/ou implementação de alterações de caráter organizacional ou operacional¹.

Dessa forma, no que concerne à gestão de atividades de assistência estudantil, foram obtidas as seguintes informações:

01 Execução financeira de recursos destinados à assistência estudantil.

Por meio da SA 2015003/01, foram verificados os empenhos emitidos, no exercício de 2014, relacionados aos recursos destinados à assistência aos estudantes de Ensino Superior da UTFPR. Destaca-se que o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, enumera as áreas que podem ser desenvolvidas no Programa Nacional de Assistência Estudantil:

“Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º. As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.”

À luz do princípio orçamentário da discriminação, e em razão de indícios de emissão de empenhos para despesas que, provavelmente, não se relacionavam com a finalidade do programa de trabalho orçamentário em questão, foram coletadas as seguintes informações dos Câmpus.

PTRES 060987					
Câmpus	Empenho	Favorecido	Processo	Observação Empenho	Manifestação do Câmpus
DV	800482	0129823000 0141	2306400 6731201 423	“Aquisição de mobiliário para os diversos ambientes de trabalho que irão receber os novos servidores, assim como as demandas levantadas pelos demais setores. Sol. 362/2014	Tais bens foram adquiridos na fonte 0100, origem do PNAES e ação 4002, conforme autorização encaminhada na data de 22/08/2014, por e-mail, da Assessoria de Planejamento e Finanças, da Pró-Reitoria de Planejamento e

¹ Definição adaptada do Manual de Elaboração de Relatórios do Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, pág. 17, item b.

PTRES 060987					
Câmpus	Empenho	Favorecido	Processo	Observação Empenho	Manifestação do Câmpus
				(399/0083/05358-70). Proc origem: 2014PR00048”.	Administração (Proplad), para aquisição de bens do RU e atendimento ao Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (Nuape).

PTRES 060989					
Câmpus	Empenho	Favorecido	Processo	Observação Empenho	Manifestação do Câmpus
PB	801083	0289240200 0173	2306400 7104201 418	“Contratação de empresa para execução de serviços de instalação de calçadas tipo ‘paver’, com fornecimento do material em diversos locais no Câmpus. Solic. 2463/2014 (104/1287/1789-4) Proc origem: 02000042014.”	Foram utilizados os recursos financeiros do Programa Incluir (Fonte 100) para melhorias nas calçadas de acessos do Câmpus, onde foram instalados materiais podo-táteis e rampas para facilitar o deslocamento de portadores de necessidades especiais, conforme prevê a legislação.
PG	800639	1216067500 0187	2306400 8178201 463	“Contratação de empresa para realização de serviços de engenharia referentes à entrada de energia em média tensão e instalação de posto de transformação abrigado com sua derivação rede aérea e ramal subterrâneo. Proc origem: 2014TP00004”.	Conforme repasse recebido, em 13/11/2014, referente à obra de adequação da rede elétrica do Restaurante Universitário.
SH	800279	0899784900 0193	2306400 6197201 4	“Contratação de empresa especializada em construção civil, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto e memorial descritivo. Proc origem: 2014CC00002”.	O repasse de recursos do PNAES foi utilizado para empenho parcial da construção do RU do Câmpus, o que irá beneficiar os estudantes com o fornecimento de refeições a um preço acessível.

Pelas informações prestadas, acredita-se que os Câmpus têm utilizado os recursos destinados à assistência estudantil de forma coerente com as finalidades legais (Decreto nº 7.234/2010). A aquisição de mobiliários e equipamentos para os NUAPES visam melhorar as condições de atendimento destes setores, que cuidam exclusivamente das necessidades dos discentes.

02 Controles internos administrativos da gestão dos Restaurantes Universitários.

A averiguação, nos relatórios emitidos no Sistema Corporativo dos Restaurantes Universitários, apontou algumas situações que foram esclarecidas pelos Câmpus, que se depreende a seguir:

Câmpus	Questionamento Audin	Manifestação do Câmpus
PB	Em verificação das refeições do	Foram recebidos alunos intercambistas, e a Secretaria, no

Câmpus	Questionamento Audin	Manifestação do Câmpus
	ano de 2014, houve subsídio a usuários "visitantes".	início, não conseguiu incluí-los no sistema. Por esse motivo, foi liberado o crachá de visitante, e eles tiveram suas refeições subsidiadas pelo Câmpus na forma de visitantes. São alunos de intercâmbio que recebem bolsas da ação 4002 do Programa Promisaes.

É importante destacar o auxílio do Departamento de Sistemas de Informação (Desis), da Diretoria de Gestão de Tecnologia de Informação (Dirgti), que desenvolveu novas funcionalidades aos relatórios gerenciais do Restaurante Universitário, tais como: a consulta de refeições por período; inclusão de informações comparativas de refeições entre os Câmpus; melhoria na consulta de lançamentos manuais de refeições no sistema; e a consulta, para o controle social, de todos os usuários (servidores e alunos) do histórico próprio de consumo.

Em relação aos lançamentos manuais no sistema, que em alguns Câmpus são mais recorrentes do que em outros, acredita-se que devam ser evitados. Pelo quadro a seguir, apresentado na SA 2015003/01, foram demonstrados os lançamentos manuais de refeições, cuja amostragem foi colhida no período de 03/11 a 21/11/2014:

Câmpus	03/11	04/1	05/1	06/1	07/1	10/1	11/1	12/1	13/1	14/1	17/1	18/1	19/1	20/1	21/1	Total
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CM	1109	0	0	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.133
CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CT	4	6	244	1	106	101	0	0	360	198	0	0	0	0	0	1.020
DV	0	3	0	1	0	143	0	3	0	0	0	0	0	0	64	214
FB	0	0	0	0	0	0	72	0	0	0	0	0	0	0	0	72
GP	18	16	10	21	17	14	23	13	123	13	18	23	24	15	96	444
LD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MD	0	0	1	11	3	0	0	0	0	0	0	4	5	3	12	39
PB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PG	0	1	0	2	0	1	290	2	1	8	2	2	0	5	1	315
TD	168	0	0	0	1	0	0	6	5	0	0	0	0	0	0	180
Total	1.299	26	255	60	127	259	385	24	129	381	218	29	29	23	173	3.417

Desta feita, os Câmpus demonstraram as principais causas e soluções para os lançamentos manuais de refeições no sistema corporativo dos restaurantes universitários, conforme segue:

Câmpus	Manifestação dos Câmpus
CM	Ações preventivas: manutenções nos equipamentos do R.U. (computador e leitor de código de barra) e equipamentos que compõem o servidor de internet (Cogeti e Dirgti). Evidencia-se o aspecto da "imprevisibilidade" quanto à falta de rede, fato complexo e incerto até mesmo para os peritos da Tecnologia da Informação.
CT	Os lançamentos manuais ocorrem nas seguintes situações: a) há falha de sistema ou internet; b) há defeito no leitor de código de barras ou problemas com os computadores dos caixas; c) há ingresso de novos alunos, pois as carteirinhas não são confeccionadas imediatamente. As falhas de sistema são pontuais e imprevisíveis. Todas as ocorrências são repassadas à Cogeti para regularização imediata. No intuito de diminuir as ocorrências de lançamentos manuais, durante o 2º semestre de 2014, alguns leitores de código de barras foram substituídos e os CPU's serão substituídos por outros com melhores configurações.
DV	Os lançamentos manuais ocorrem por dois motivos: a) há problemas com a conexão de internet; e b) falta de energia, que, conseqüentemente, afeta a internet também. Quanto às medidas a serem tomadas: a) quando a causa da falta de energia é interna, procura-se a otimização na manutenção, assim como nos problemas locais de conexão com a internet. Os problemas ocorrem principalmente nos horários das refeições. No entanto, quando o problema ocorre na linha de transmissão fora da Instituição, torna-se difícil a resolução imediata do problema.
GP	O lançamento manual decorre de problemas na leitura no código de barras do registro acadêmico dos estudantes ou no crachá dos servidores. No entanto, o índice de lançamentos manuais acima da média é ocasionado em razão de queda do sistema, por interrupção/falha no fornecimento da internet (inclusive o Câmpus inteiro). Por isso, o Câmpus adotará a troca dos crachás danificados ou

Câmpus	Manifestação dos Câmpus
	cujos problemas na identificação são recorrentes, apesar de conservados, a fim de reduzir a necessidade de registro manual.
MD	Os lançamentos manuais são realizados, principalmente, no início de cada semestre, devido aos alunos novos não possuírem o crachá. Também são realizados lançamentos manuais quando, por algum motivo, não se consegue acessar o Sistema Corporativo.
PG	Não é um procedimento comum. Os lançamentos manuais ocorrem em caso de falta de energia elétrica ou quando o usuário ainda não está no sistema (servidores e alunos novos).
TD	Só são feitos lançamentos manuais quando há problema no sistema. Para evitar isso, o problema é colocado como prioridade, para que seja resolvido o mais rapidamente. Eventualmente, ocorrem lançamentos manuais quando o operador precisa, por qualquer motivo, de nova senha de acesso.

03 Conciliação entre as notas fiscais e os dados do Sistema do Restaurante Universitário.

Pela SA 2015003/02, foram solicitadas e analisadas as notas fiscais das empresas prestadoras de serviços para fornecimento de refeições nos restaurantes universitários, com o fim de conciliar os quantitativos informados nesse documento fiscal com os constantes no Sistema do RU.

Câmpus	Achados de auditoria	Manifestação do Câmpus
AP	<p>1. Faltam informações na descrição dos serviços na nota fiscal: quantidade de refeições e valor unitário.</p> <p>2. A 2014OB801307 refere-se às notas fiscais nº 20 e 21? (não há informação nas observações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi).</p> <p>3. Houve retenções nas notas fiscais 21 (4,68%), 22 (2,5%), 23 (2,5%); e na nota fiscal 20 não houve retenção.</p>	<p>1. O quantitativo e o valor unitário serão incluídos no faturamento desse próximo mês.</p> <p>2. Os servidores do Departamento de Orçamento e Finanças (Deofi) irão atentar-se ao fazer as liquidações para informar as referências da forma mais completa e correta possível.</p> <p>3. Quanto à retenção do ISS das notas fiscais 20 e 21, foi feita uma DAR somente, somando-se as duas notas fiscais e utilizada a alíquota de 4,23% informada nas notas fiscais. Para as notas fiscais seguintes, 22 e 23, foi feito o recolhimento de 2,5%, entendendo que, como o serviço de fornecimento de refeições é realizado em Apucarana e não em Ji-Paraná, deve ser recolhido para Apucarana, cuja alíquota é de 2,5%.</p>
CM	<p>1. Nota fiscal - Danfe 110 e 111 (Out/14): Há pagamentos de lançamentos manuais, sendo justificado pelo Câmpus de que são realizados esses registros por meio de leitura do número do crachá diretamente em arquivo Excel, não havendo coleta de assinaturas dos usuários. O Câmpus informou que esses registros não constam no Sistema do RU, em razão do término da vigência do contrato, e que o fiscal de contrato não acompanha, o tempo todo, a leitura dos números dos crachás dos usuários.</p> <p>2. Utilizam-se, ainda, recursos em restos a pagar, cujo empenho é datado de 2013.</p>	<p>Sobre a lista com assinatura para mitigação de riscos: Anteriormente a lista era utilizada. Em dias em que o sistema falhava, cada usuário do RU (ou a pessoa do caixa) era obrigado a preencher nome completo, registro acadêmico ou matrícula, e assinatura. O resultado era a morosidade da fila e insatisfação dos usuários. Lembra-se que é inviável deixar, de prontidão, uma lista impressa com nome de todos os alunos e todos os servidores, visto que, muitos deles não realizam refeição do RU. Seria um desperdício de papel e de tempo para cada usuário procurar seu nome na extensa lista. Quanto à lista manuscrita, também tem o fato de, na pressa, a numeração do crachá e o nome ser anotado às pressas de forma errada ou ilegível, causando dificuldades aos Fiscais de Contrato nos momentos de lançamentos manuais.</p>
CP	<p>1. Faltam informações na descrição dos serviços na nota fiscal: quantidade de refeições e valor unitário.</p> <p>2. Na nota fiscal 48, houve a divisão do pagamento em R\$ 9.440,00 (PTRES 060984) e R\$</p>	<p>1. Está discriminado em duas partes, mão de obra para alimentação valor R\$ 1,50, e refeições R\$ 1,50, totalizando o valor unitário por refeição R\$ 3,00 referente ao subsídio, entretanto para maior clareza será separado entre alunos e servidores.</p> <p>2. A divisão do pagamento foi devido aos recursos financeiros que o Câmpus tinha disponível não serem</p>

Câmpus	Achados de auditoria	Manifestação do Câmpus
	58.294,00 (PTRES 060989). No entanto, o valor das refeições referente aos alunos importa em R\$ 65.013,00, e referente aos servidores, em R\$ 2.721,00. Ademais, o que ocorre nos demais Câmpus é o pagamento de bolsistas pelo recurso do PTRES 060989 e o pagamento de subsídios (alunos e servidores) pelo PTRES 060984.	suficientes para a quitação total da nota fiscal. Isso não é o procedimento habitual, pois o procedimento normal é o depósito total do valor de cada nota fiscal para a empresa. Assim, a divisão do pagamento não é referente aos valores de refeições dos alunos e dos servidores, e sim por causa da falta de recursos financeiros. Utiliza-se a mesma metodologia dos demais Câmpus, o empenho 2014NE800313 foi efetuado no PTRES 060989 para pagamento de despesas do restaurante universitário com recursos do auxílio financeiro estudantil, e o empenho 2014NE800149 no PTRES 060984 para pagamento de subsídios ao restaurante universitário.
CT	<p>1. NF 322 e 334: Não há conciliação de informações do Sistema RU com o constante nas Notas Fiscais 322 e 334. A leitura de refeições, no período de 21/09 a 24/10/2014, para alunos, de acordo com as notas fiscais 322 e 334, soma em 42.065. No entanto, o somatório de refeições de alunos e servidores, no mesmo período, pelo Sistema RU, importa em 41.752, havendo a diferença de 313 refeições subsidiadas.</p> <p>2. NF 322: Não há conciliação de informações do Sistema RU com o constante na Nota Fiscal 322. A leitura de refeições, no período de 21/09 a 24/10, para bolsistas, de acordo com a nota fiscal 322, importa em 10.697. No entanto, a quantidade de refeições, no mesmo período, pelo Sistema RU, importa em 10.843, havendo a diferença de 146 refeições subsidiadas.</p> <p>3. Embora conste na descrição das notas fiscais como “Aluno”, verifica-se que também são computadas as refeições de servidores.</p> <p>4. NF 334: A que se referem as refeições complementares constantes na nota fiscal?</p>	<p>Em princípio é necessário esclarecer que no mês observado (out/2014) houve um equívoco na geração da nota fiscal, pois foram lançados os valores desconsiderando o relatório do período. Esse equívoco deu origem à nota fiscal 334, complementando os valores devidos à empresa. Por isso, para se chegar à resposta esperada, deve-se considerar que: a) alunos e servidores têm seus valores expostos no campo “Aluno” nas notas fiscais; b) a soma das quantidades de refeições de alunos e servidores no período é de 41.752, totalizando R\$ 91.019,36; c) a diferença das quantidades de refeições de alunos e servidores (Relatório x NF 322) é de 657 refeições, totalizando em R\$ 1.433,50; d) a diferença da quantidade de refeições de bolsistas (Relatório x NF 322) é de 146, totalizando R\$ 683,28; e) portanto, o valor da NF 334 é composto por: R\$ 1.433,50 + R\$ 683,28.</p> <p>Desse modo, considerando os valores detalhados desta forma, encontra-se a conciliação esperada:</p> <p>I. Alunos e Servidores (refeições): $41.094 + 657 = 41.751$;</p> <p>II. Bolsistas (refeições): $10.697 + 146 = 10.843$;</p> <p>III. Alunos e Servidores (valores): $R\\$ 89.584,92 + R\\$ 1.433,50 = R\\$ 91.018,42$;</p> <p>IV. Bolsistas (valores): $R\\$ 50.061,96 + R\\$ 683,28 = R\\$ 50.745,24$</p> <p>Esses dados foram retirados do relatório do sistema (21/09/2014 a 24/10/2014). Foi percebida a falta de clareza da documentação e será trabalhado para manter as informações mais acessíveis.</p>
DV	Faltam informações na descrição dos serviços na nota fiscal: período exato da leitura das refeições (mês de referência). Na descrição do serviço, nas notas fiscais, apresenta o empenho 800015, quando, em realidade, os pagamentos foram realizados sobre outros empenhos.	Foi solicitado à empresa que se destaque, na nota fiscal, o período exato referente ao serviço prestado. Quanto ao empenho destacado na nota fiscal, foi requerido que fosse retirado, tendo em vista este não refletir o empenho correto.
FB	Utilizam-se, ainda, recursos em restos a pagar, cujo empenho é datado de 2013.	Já foi encerrado o empenho de 2013.
GP	Faltam informações na descrição dos serviços na nota fiscal: período exato da leitura das refeições (mês de referência).	A empresa foi informada, por meio da Comissão de Fiscalização, para inserção nas demais notas fiscais das informações quanto ao período exato da leitura das refeições e o mês de referência. A fiscalização será

Câmpus	Achados de auditoria	Manifestação do Câmpus
		realizada no momento de ateste das demais faturas, conforme acordado com a Comissão.
LD	Para o pagamento das notas fiscais 1077 e 1079, foram utilizados, integralmente, recursos do PTRES 060989, ou seja, recursos destinados para “Assistência ao Estudante de Ensino Superior”. O que ocorre nos demais Câmpus é o pagamento de bolsistas pelo recurso do PTRES 060989 e o pagamento de subsídios (alunos e servidores) pelo PTRES 060984.	Em virtude do término do contrato com a empresa que fornece refeições, previsto para o final do ano, não seria possível deixar recursos do PNAES em restos a pagar, pois o recurso seria devolvido. Dessa forma, foram pagas as notas fiscais integralmente com esses valores, pois no início do ano seguinte teria que ser emitido um novo empenho com a empresa vencedora do processo licitatório. Para emissão deste empenho, não haveria mais recursos provenientes desta fonte, por isso os pagamentos serão realizados exclusivamente com recurso da fonte 112.
MD	1. Faltam informações na descrição dos serviços na nota fiscal: período exato da leitura das refeições (mês de referência). 2. Pela data informada da leitura das refeições, por e-mail, não há conciliação do número de refeições constantes no Sistema do RU e nas notas fiscais.	As diferenças mencionadas correspondem aos lançamentos manuais realizados no Sistema Corporativo após o fechamento do mês e pagamento na nota fiscal ao fornecedor. Esses lançamentos são pagos ao fornecedor posteriormente.
PB	1. Nota fiscal 3318382 (intercambistas): explique como ocorreu o controle dos usuários intercambistas para utilização do RU. 2. Notas fiscais 3316622 e 3316661: não há, na descrição dos serviços, o período da leitura das refeições (mês de referência). 3. Utilizam-se, ainda, recursos em restos a pagar, cujo empenho é datado de 2013.	1. O controle das refeições dos usuários intercambistas ocorreu mediante assinatura de lista de presença, a qual é enviada à Diretoria de Planejamento e Administração (Dirplad) que informa, por meio de memorando ao Deofi, o número de refeições e o período. 2. Será solicitada à empresa contratada para que informe na descrição dos serviços, das próximas notas fiscais, o mês de referência. Consta no memorando enviado pela Comissão de Fiscalização, o período e, no relatório impresso no Siorg, o número de refeições do período, por tipo, os quais acompanham a nota fiscal e ficam arquivados junto com a mesma no Deofi. 3. É o único empenho vigente, visto o montante dos recursos enviados em 2013.
PG	1. Não há o período exato da leitura de refeições no RU, na descrição dos serviços nas notas fiscais (mês de referência). 2. Os valores das notas fiscais 64 e 65 não conciliam com os valores pagos, conforme OB801586 e OB801587. 3. Utilizam-se, ainda, recursos em restos a pagar, cujo empenho é datado de 2013.	1. O fornecedor e o responsável pelo ateste das notas fiscais serão orientados para colocar estas informações na descrição dos serviços. 2. Foi emitida a nota fiscal 66 referente a complemento da diferença de reajuste do RU, compreendendo o período de 28/04/2014 a 24/07/2014, sendo o valor de R\$ 1.114,08 para a fonte de recurso 0100000000 (Nf-64) e o valor de R\$ 2.632,72 para a fonte de recurso 0112000000(Nf-65). 3. Foi utilizado o saldo de empenho remanescente de 2013, sendo que esse empenho já se encontra zerado.
TD	1. Não constam, na descrição dos serviços das notas fiscais, a quantidade de refeições referentes ao mês competente e o valor unitário de cada refeição (custo total ou subsídio). 2. Os pagamentos das notas fiscais 49 e 51, para refeições consumidas por bolsistas, foram realizados pela nota de empenho 2014NE000141, cujo favorecido é o Banco do Brasil S/A, e não a empresa prestadora de	1. Foi solicitada à empresa que, a partir de fevereiro de 2015, conste essa informação nas notas fiscais emitidas. A comissão de fiscalização também foi orientada para se atentar a esse fato. 2. Foi empenhado para o Banco do Brasil por se tratar de subsídio e facilitar a apropriação/controle pelo departamento financeiro, mas essa prática não mais ocorre neste Câmpus de Toledo.

Câmpus	Achados de auditoria	Manifestação do Câmpus
	serviços para o RU (Prato-Certo Alimentação e Nutrição Ltda.).	

04 Aspectos gerenciais da assistência a estudantes de Ensino Superior.

Os benefícios aos estudantes de Ensino Superior são políticas públicas inclusivas de alta relevância social. Todavia, para que a assistência aos estudantes atinja seus propósitos originais, faz-se importante a sustentação de mecanismos de controles internos para se evitar fraudes, desvios de finalidade ou equívocos nas concessões de benefícios. Por esta feita, considerando os processos de seleção dos auxílios estudantis, tanto do primeiro semestre (Edital Assae 01/2015), quanto do segundo semestre (Edital Assae 03/2015), percebe-se o empenho dos servidores envolvidos para a elaboração de critérios objetivos para a concessão dos auxílios, inclusive em cooperação com outras Instituições Federais de Ensino Superior.

Primeiramente, destaca-se que o sistema de pontuação para o cálculo de Índice de Vulnerabilidade dos candidatos é importante em razão da necessidade de avaliação de indispensáveis variáveis e indicadores que caracterizam o perfil socioeconômico para a concessão dos benefícios. Por essa razão, a Assessoria para Assuntos Estudantis precisa avaliar constantemente os critérios fixados em edital, a fim de formar a autocrítica necessária para a manutenção, modificação ou eliminação desses objetos em seleções futuras, aperfeiçoando o processo de concessão.

Frisa-se que a listagem única de beneficiados, de todos os Câmpus, para a concessão de auxílios, é uma proposta relevante, tendo em vista a viabilidade para a utilização integral dos recursos financeiros destinados a esse fim exclusivo. No entanto, considerando que as avaliações são realizadas por uma equipe especializada, faz-se imprescindível a uniformização, padronização e integração das exigências de documentos e critérios avaliativos objetivos para a pontuação à concessão de benefícios.

Acredita-se que, embora a autodeclaração do aluno da veracidade das informações e documentos prestados não elimine a necessidade de comprovações documentais e investigações sociais pela Assae, a burocratização em excesso é, também, prejudicial. Por isso, como meio de fortalecimento dos controles internos administrativos, é essencial o incentivo ao controle social, por meio de canais diretos de denúncias. Essas apurações fazem parte do processo de concessão dos auxílios. Assim, é importante a divulgação, no *website* da UTFPR, da lista completa dos beneficiados e da lista de espera, a fim de que os que aguardam pelos auxílios possam realizar o controle social. Destaca-se que, dependendo da gravidade e confiabilidade das denúncias, seja prudente o encaminhamento das apurações a outras esferas competentes, tais como à Polícia Federal ou ao Ministério Público Federal (falsificação de documentos, falsidade ideológica, entre outros).

Por fim, é fundamental que cada candidato tenha acesso à sua pontuação atingida da formação do índice de vulnerabilidade, podendo, inclusive, recorrer da decisão administrativa. Por isso, interessa aos candidatos e servidores que haja um sistema informatizado aos moldes do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências): a) preenchimento de formulários e acompanhamento do processo; b) documentação comprobatória digitalizada; c) distribuição e avaliação dos processos de forma aleatória entre os avaliadores dos Câmpus; d) análise dos recursos por pessoas diversas, sempre que possível; e) acesso pelo candidato à pontuação, ao parecer social e à resolução do processo.

Demonstradas as informações de auditoria, passa-se a relatar as constatações e análises da Auditoria Interna.

2.2. Constatações

As constatações são averiguações que indicam situações indesejáveis identificadas durante a execução dos trabalhos de auditoria. Em geral, indicam a existência de dificuldades, equívocos, situações que

contrariam normas, critérios técnicos ou administrativos². Sendo assim, no quadro abaixo, podem ser observados os fatos constatados, as manifestações dos gestores e as análises da Auditoria Interna (Audin) sobre o assunto tratado.

Fato		Manifestação do Gestor	Análise da Audin
01	Lançamentos manuais de refeições no sistema corporativo dos restaurantes universitários.	São imprevisíveis algumas das causas para o lançamento manual de refeições no sistema corporativo, sendo as principais situações as seguintes: queda de energia elétrica; instabilidade na conexão à internet e ao sistema corporativo; necessidade de alteração de senha do operador de caixa; problemas na leitura de código de barras; e equipamento obsoleto para controle (computador e acessórios).	Os lançamentos manuais de refeições no sistema corporativo dos restaurantes universitários devem ser evitados. No entanto, ainda que algumas situações sejam inevitáveis, em razão da sua imprevisibilidade, acredita-se que algumas ações preventivas podem ser absorvidas pela gestão, tais como: troca de equipamentos obsoletos e melhoria na infraestrutura (internet e rede) dos restaurantes universitários; e sistemas de continuidade de prestação do serviço (utilização de <i>no break</i> , geradores de energia, ou de equipamentos portáteis – <i>notebook, tablet</i>).
02	Documentos fiscais com falta de informações complementares.	Os Câmpus informaram que vão orientar os fornecedores a preencherem a descrição nas notas fiscais de forma mais completa possível.	A presente constatação trata estritamente em estabelecer melhorias na transparência dos documentos fiscais emitidos à UTFPR, com a indicação de informações que os tornem autoexplicativos. Da mesma forma, que essas alimentações também sejam práticas no Siafi, para que as consultas aos documentos também sejam claras e explicativas.

3. Recomendações

As recomendações decorrem dos resultados das avaliações técnicas realizadas pela Auditoria Interna, procurando demonstrar providências ao gestor, a fim de mitigar as falhas apontadas no relatório. Têm a finalidade de corrigir os atos e fatos administrativos irregulares e coibir novas falhas, contribuindo, dessa forma, diretamente para o aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão pública³. Ante o exposto, respectivamente em relação a cada constatação, recomenda-se:

01 a) Que se evitem os lançamentos manuais de refeições, no Sistema Corporativo dos Restaurantes Universitários, munindo os operadores com equipamentos e infraestrutura necessários para o pleno e ininterrupto funcionamento do controle administrativo.

b) Que as Diretorias de Planejamento e Administração acompanhem as atividades das Comissões de Fiscalização dos Restaurantes Universitários, bem como avaliem a gestão desses espaços, buscando garantir a boa prestação dos serviços à comunidade acadêmica (divulgação antecipada dos cardápios no *website*; qualidade dos alimentos; diminuição de filas; higiene e limpeza dos ambientes; entre outros).

02 a) Que nas notas fiscais haja a descrição completa do objeto, tais como o período de leitura das refeições (mês de referência), a quantidade de refeições por modalidade de usuários e o valor unitário da refeição, para fins de transparência administrativa. Da mesma forma, que haja a indicação de

² Definição adaptada do Manual de Elaboração de Relatórios do Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, pág. 17, item a.

³ Definição adaptada do Manual de Elaboração de Relatórios do Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, pág. 31.

informações explicativas nas observações do Siafi. Ainda, que seja anexado em cada nota fiscal o relatório do SIORG destacando o período de leitura e o quantitativo de refeições realizadas, almoço e jantar.

b) Que Toledo e demais Câmpus realizem empenhos em favor da empresa prestadora de serviços do RU, não indicando o Banco do Brasil S/A como o favorecido.

4. Conclusões

As políticas de assistência estudantil são importantes para a manutenção de estudantes em situações de vulnerabilidade econômica no Ensino Superior, tornando isonômico o acesso ao direito constitucional à educação. Pelos trabalhos realizados, nota-se que a Assessoria para Assuntos Estudantis (Assae) tem realizado diversas reuniões e estudos para melhor gerenciar os recursos financeiros, embora com o reduzido número de recursos humanos. No entanto, algumas questões merecem atenção especial da gestão de assistência estudantil, principalmente no que concerne ao planejamento, à execução e ao controle financeiros dos recursos orçamentários disponíveis; à gestão e fiscalização dos restaurantes universitários; à gestão e fiscalização de bolsas e auxílios financeiros aos estudantes; à necessidade de mensuração dos dispêndios em cada uma das ações de assistência estudantil; e à criação de indicadores de desempenho acadêmico e da permanência dos estudantes.

Por fim, acredita-se que a Assessoria para Assuntos Estudantis tem envidado esforços para melhorar seus processos gerenciais e operacionais, retificando os problemas e conflitos eventualmente existentes, em constante comunicação com os operadores da assistência estudantil.

Curitiba, 21 de setembro de 2015.

Tiago Hideki Niwa
Auditor – OAB/PR 53.779

Ciente e de acordo,

Sadi Daronch
Chefe da Auditoria Interna da UTFPR